Proletários de todos os países, uní-vos !

# A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 107 Junho de 1976 XII

# importante etapa na vida do partido

NESTE NÚMERO



Registra-se este mês o 10º aniversário da VI Conferência Nacional. Realizada quatro anos após a reorganização do Partido Comunista do Brasil, constituíu relevante acontecimento tanto no movimento revolucionário como na vida política do país. As decisões ali tomadas projetam-se até os dias de hoje, servindo de guia à ação da vanguarda da classe operária.

No período anterior à VI Conferência, o Partido lutara tenazmente para afirmar sua existência face à traição de Prestes e seus seguidores. Concentrou suas atividades no combate ao revisionismo contemporâneo e na defesa do marxismo-leninismo, tendo alcançado significativos êxitos. A vida exigia, porém, participação mais ativa na política em curso, maior ligação com as massas a fim de orientá-las corretamente. Com a queda do governo de Goulart e a instauração da ditadura militar, criou-se situação nova, tornara-se indispensável a elaboração de uma tática geral que abordasse as questões candentes e indicasse uma saída de cunho revolucionário. Também a luta contra o revisionismo e a transformação do agrupamento prestista num bando de renegados e serviçais da burguesia reclamavam a sistematização dos fenômenos ocorridos no Partido desde longa data. À VI Conferência coube o cumprimento dessas tarefas.

O documento nela aprovado fez precisa caracterização da conjuntura mundial e do quadro político do país. Os monopolistas norte-americanos encontravam-se enredados na execução de vasto plano de domínio mundial, de antemão condenado ao completo fracasso, enquanto a política soviética, que procurava passar por amiga dos povos quando na realidade abandonara o caminho do socialismo e do internacionalismo proletário, revelava-se altamente nociva. Na Ásia, África e América Latina desenvolviam-se lutas revolucionárias destinadas a abalar profundamente o sistema imperialista. Em nosso país, os militares que se assenhorearam do Poder apareciam abertamente como instrumentos da reação interna e dos monopólios estrangeiros. "A orientação que preconizam - dizia o documento - as soluções que apresentam e as medidas que executam são inspiradas ou ditadas por Washington". A crise de estrutura em que se debatia o país vinha de longe, como de longe vinha também a ação dos brasileiros em favor da revolução democrática e nacional.

Tomando como base o programa do Partido, aprovado em fevereiro de 1962, a VI Conferência traçou uma tática que visava ao isolamento e à derrota dos militares e das forças mais reacionárias assim como dos imperialistas ianques. Propunha a criação de uma frente-única de grande amplitude - a união dos patriotas para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista. Essa união, sob o lema de independência, progresso e liberdade, defenderia uma platafo-

ma comum da qual constariam, entre outros, os seguintes pontos: combate à espoliação dos trustes estrangeiros; desenvolvimento econômico independente; reforma agrária; elevação dos salários; anulação de todos os atos repressivos da ditadura; e convocação de uma assembléia constituinte livremente eleita. A tática orientava os comunistas para o trabalho entre as massas, pois "sem a participação do povo não se conseguirá modificar a atual situação, o país permanecerá sob a ditadura e continuará a sofrer as consequências de uma política de traição nacional". Insistia, enfaticamente, na atividade entre os camponeses, na transferência do centro de gravidade do trabalho partidário para o campo, assinalando como dever dos democratas ajudar os homens do interior a tomar consciência do papel que estão chamados a desempenhar, auxiliá-los por todos os meios a engajar-se no combate emancipador. No que respeita às formas de luta, a VI Conferência mostrava que apesar da violenta repressão ainda era possível recorrer aos desfiles, greves, assembléias, etc. (o que se comprovou nas jornadas de 1968) sem descurar da ação clandestina, inclusive de resistência às brutalidades policiais. Assinalava, todavia, que a luta armada era o único caminho para libertar-se da tirania e da dominação norte-americana. Apoiando-se no sentimento manifestado por correntes cada vez mais numerosas e na teoria marxista-leninista, explicitava pela primeira vez que somente através da guerra popular, tal como ocorrera em diversas regiões do mundo, poderiam tornar-se realidade as aspirações nacionais. As forças combatentes do povo teriam de ser construídas, passo a passo, no interior, onde a situação se apresentava mais favorável. E destacava: "É para a guerra popular que o povo brasileiro terá que se preparar". Situava, assim, a essência da tática na preparação e desencadeamento da luta armada.

A vida comprovou, nos dez anos transcorridos, a justeza da tática traçada na VI Conferência. Baseado nela o Partido obteve destacados êxitos, embora na luta também sofresse alguns reveses. Ela abriu perspectivas novas aos comunistas que sempre enfrentaram sérios contratempos nessa questão. Durante muitos anos, não souberam formular corretamente o objetivo estratégico e a tática correspondente capazes de levar o povo à vitória. Ora a estratégia se transformava na própria tática, ora esta servia de estratégia. Em consequência, o Partido caía em posições sectárias, estreitas, tentando alcançar seus objetivos maiores à margem dos acontecimentos em curso ou então se limitava aos fatos do dia a dia, às viragens de pouca monta, sem perseguir nessas ações os fins programáticos. Graças à orientação da VI Conferência, o Partido soube atuar ofensivamente no ascenso do movimento popular de 1968, quando as massas ganharam a rua e ameaçaram a ditadura, sem perder o rumo principal. Defendia a idéia de que tanto era errôneo apenas radicalizar o movimento popular sem ampliá-lo como somente o ampliar sem radicalizá-lo. O Partido soube de igual modo atuar defensivamente quando a repressão caiu mais violenta sobre o país. Formulou palavras-de-ordem corretas que facilitavam sua atividade entre largos setores da população.

A tática geral traçada guarda ainda plena atualidade, embora se agreguem novos elementos decorrentes da intensificação do terrorismo no Brasil e do isolamento crescente dos militares, da crise mundial e do agravamento do quadro internacional, onde as duas superpotências - os Estados Unidos e a União Soviética - não só disputam o domínio do mundo, preparam-se também ativamente para uma nova guerra que ameaça a independência de todas as nações. A conduta política do Partido face às mudanças verificadas na situação não pode permanecer estática, deve adaptar-se às circunstâncias sem desviar-se da rota fundamental, sem desligar-se das finalidades do programa. Na Mensagem aos Brasileiros, de janeiro de 1975, assim como no artigo Conquistar a Liberdade Política, Alcançar uma Democracia Popular, o Partido enriquece sua orientação tática, tendo em conta esses novos elementos. Tanto na mensagem como no artigo procura-se dar maior flexibilidade à atividade dos comunistas, objetivando sua estreita ligação com as massas/ e a elevação de sua consciência política, a defesa da organização, a ampliação da frente-única e a necessidade de responder, devidamente, às questões colocadas na ordem do dia pelos acontecimentos políticos a fim de fortalecer o movimento popular e assegurar-lhe condições que facilitem a conquista de êxitos não só táticos como também no plano estratégico.

A VI Conferência tratou outrossim dos problemas ideológicos em evidência. Centrou o fogo no revisionismo. Já então havia caído do pináculo da desonra o arquitraidor Kruschov. Mas a orientação soviética não tinha mudado, seus sucessores defendiam as mesmas idéias e eram, por seu farisaísmo, ainda mais perigosos. Por isso, o documento aprovado ressaltava a necessidade de prosseguir no combate sem tréguas ao revisionismo contemporâneo e, em particular, ao da camarilha de renegados do Crêmlin. No Brasil, fazia-se indispensável levar adiante a luta contra os revisionistas de Prestes que haviam chafurdado

na lama do oportunismo mais podre. Examinou-se igualmente outras tendências perniciosas que começavam a se manifestar como a da negação do papel de vanguarda do Partido, a da unidade entre marxistas-leninistas e oportunistas, a de uma pretensa equidistância na esfera internacional entre os que arvoravam a bandeira da revolução e os que pregavam o revisionismo, a da direção da burguesia no processo revolucionário. Essas tendências expressavam, de modo geral, a refutação da hegemonia do proletariado na revolução, o rebaixamento da missão histórica da classe operária. A VI Conferência contestou-as cabalmente do mesmo modo que o trabalho de sapa dos trotsquistas, suas "teorias" contra-revolucionárias

Destacou ainda, e com grande força, a necessidade de erradicar das fileiras comunistas o dogmatismo, que causou sérios danos ao Partido e que se expressava sobretudo na cópia mecânica da experiência de outros países, na repetição morta dos textos dos clássicos, no decalque da linha de distintos partidos. Lênin já assinalava que a alma do marxismo é a análise concreta de uma situação concreta. Não há dúvida que constitui grave erro procurar nos livros a solução de problemas complexos e peculiares a uma dada situação, ao invés de buscá-la na realidade, apoiado nos conhecimentos do marxismo-leninismo. As indicações dos clássicos ajudam enormemente, servem de referência, permitem um conhecimento mais profundo da realidade, jamais, no entanto, podem servir de receita pronta e acabada a quaisquer eventualidades. O estudo do materialismo dialético e histórico é fundamental à compreensão do método correto de análise, das leis da sociedade e da luta de classes, das perspectivas do movimento revolucionário, facilita a justa interpretação dos fenômenos econômicos, sociais e políticos. É contrário, porém, à repetição de fórmulas ou citações que às vezes não se ajustam aos problemas em tela. Muito acertadamente, a VI Conferência assinalava a grande importância da elaboração do pensamento revolucionário brasileiro, do esforço próprio para dominar as leis específicas da revolução no Brasil. E destacava: "O Partido está ganho, subjetivamente, para as idéias da luta armada, da aliança com as massas camponesas e da necessidade de um novo Poder. Mas esta compreensão não basta. É fundamental perceber as peculiaridades nacionais, encontrar as formas de abordar e iniciar a revolução".

A VI Conferência considerou longamente o problema da construção da vanguarda da classe operária. Procedeu a uma apreciação de conjunto do processo dessa construção e generalizou as experiências vividas, demonstrando as tendências que dificultaram por tão largo período a formação proletária do PC do Brasil. Indicou como causa principal da demora na realização daquela tarefa a insuficiente assimilação do marxismo-leninismo. Fez, ao mesmo tempo, correta caracterização do papel negativo de Prestes à frente do Comitê Central e dos imensos prejuízos que isto acarretou. Até então o Partido não tivera condições de fazer tão ampla e profunda análise da sua própria história, retirando dela valiosíssimos ensinamentos. A rutura com o revisionismo e a defesa das idéias revolucionárias marxistas-leninistas, possibilitaram novas perspectivas ao enfoque do trabalho de edificação partidária.

Mas a VI Conferência não foi apenas uma tomada de posição sobre distintos aspectos da luta revolucionária. Foi também um enfrentamento com idéias e procedimentos adversos ao marxismo-leninismo. Ela realizou-se num momento de acesa luta política e ideológica no Partido. Um grupo de elementos que a ele viera com más intenções e que posteriormente se autodenominou de Ala-Vermelha tentava desviá-lo de suas diretrizes básicas, assaltar-lhe a direção e levá-lo a ações isoladas de tipo foquista nas cidades. No curso mesmo da VI Conferência, tais elementos foram isolados e desmascarados. Suas teses oportunistas de "esquerda" sofreram fragorosa derrota. A imensa maioria dos participantes da Conferência condenou energicamente as posições aventureiras, revelou o caráter pequeno-burguês e a natureza fracionista do grupo em estruturação, logo depois expulso de nossas fileiras por sua atuação abertamente antipartido.

A VI Conferência marcou, assim, importante etapa no desenvolvimento do Partido, após a reorganização. Ao comemorar o 10º aniversário dessa conferência impõe-se estudar mais a orientação aí traçada, suas teses e conclusões que constituem valioso patrimônio da luta revolucionária. E redobrar esforços para levar a cabo as grandes tarefas que apontou. O material por ela elaborado possui riqueza teórica e prática, arma os militantes de uma concepção realmente proletária sobre a construção da vanguarda revolucionária no Brasil apta a cumprir sua missão histórica.

# Mais um Passo na Política Contrária aos Camponeses

As recentes Portarias de números 11, 12 e 13, do Ministério da Agricultura, sancionadas pelo ditador Ernesto Geisel, estabeleceram três novas opções para a ocupação das terras da Amazônia. Assim, a ditadura deu mais um passo na intensificação de sua política de marginalização dos camponeses; ao mesmo tempo contribuiu para desfazer as últimas dúvidas por acaso existentes em relação a seus verdadeiros propósitos no campo. Não é preciso recordar que tanto o Estatuto da Terra como o Ato Institucional nº 9 e o PROTERRA haviam suscitado, de início, certa inquietação entre os latifundiários e seus agentes. Não propriamente por temerem que o governo dos generais estivesse disposto de fato a aplicar os ítens em benefício das massas camponesas e sim pela possibilidade de os trabalhadores rurais e as forças progressistas virem a aproveitar a letra da lei para reivindicar direitos e exigir a execução de uma reforma agrária em concordância com as aspirações do campesinato e do país. Daí porque reclamaram com insistência que os governantes modificassem os dispositivos que limitavam a penetração das grandes empresas na agricultura, inclusive as estrangeiras, e colocassem à sua disposição maiores somas de dinheiro sob condições ainda mais vantajosas.

Nesse sentido, a Associação das Empresas Agropecuárias da Amazônia, que está sediada em São Paulo e representa 80% das empresas instaladas na região, há pouco tempo voltou a pleitear "imediata definição de uma política nacional de ocupação fundiária", dando mostras de não estar satisfeita com todas as concessões da ditadura, inclusive com o decreto-lei através do qual a Junta Militar, após a substituição de Costa e Silva, anulou a proibição da venda de terras a estrangeiros. Em seu pronunciamento, a Associação reiterou a necessidade de resolver "os problemas surgidos, de um lado, com os pequenos posseiros (...) e, de outro, o gravíssimo problema da 'indústria de posse' e da 'grilagem profissional', que comprometem a cada dia que passa mais e mais a ordenada ocupação da região".

Em fins de 1971 existiam na Amazônia 280 projetos agropecuários, abarcando 30 milhões de hectares. Já o recadastramento do INCRA, em 1972, indicava 332 projetos com dimensões médias de 50 mil hectares (o maior com 600 mil hectares), mas, por estranho que pareça, abarcando uma área de 7,5 milhões de hectares. Ora, se tomarmos como base algumas das empresas com área média de 200 mil hectares, tais como a Bradesco, a Manah, a Anderson Clayton, a Eletroradiobrás, a Magalhães Pinto, a King's Ranch, etc. e outras com superfície de 400 mil hectares, como a Mac Glohn, a Georgia Pacific; ou se tivermos em conta a Suiá Missu com 700 mil e a Jari Florestal com 1,5 milhão de hectares, veremos que 18 estabelecimentos agropecuários, constituindo menos de 10% do total, ocupam mais de 6 milhões de hectares. Fica evidente pois que o INCRA escamoteia a verdade a fim de engodar a opinião pública e, simultaneamente, permitir que os grupos monopolistas façam novas e mais despudoradas exigências. Além dos milhões e milhões de hectares já abocanhados (só em Rondônia, através de grilagem, foram usurpados 6,2 milhões de hectares e outros 8,3 milhões estão realmente ocupados, embora em processo de "regularização"), esses grupos, tanto os nacionais como os estrangeiros, cobiçam entrar no domínio completo dos 250 milhões de hectares atualmente sob jurisdição do INCRA, de conformidade com o decreto-lei 4.504 e que estão sendo alienados a preços irrisórios.

Não bastam, porém, os preços vis. Com o dispositivo da lei permitindo ao INCRA leiloar somente áreas de até 2 mil hectares, na faixa de fronteira, e até 3 mil nas demais, o processo de ocupação pelas grandes empresas era moroso, complicado, se bem que se viesse fazendo ao arrepio da lei. Mas esse processo tornava-se mais problemático com a concorrência das massas de migrantes que, deslocando-se do Nordeste e de outros pontos do país, vinham ampliando a frente agrícola, na qualidade de posseiros. Estes, ao mesmo tempo que representavam os autênticos motores dessa expansão agrária, se constituíam, ao lado dos índios, no principal foco de resistência aos vorazes apetites dos citados grupos capitalistas e imperialistas na Amazônia.

Eis os verdadeiros motivos que originaram as recentes Portarias do governo de Geisel. Apesar das persistentes promessas dos arautos da ditadura de regularizar as

Continuação da página 4

pequenas posses de acordo com leis anteriores e antigos decretos relativos à situação agrária, os novos regulamentos, fixando alternativas para a ocupação das terras da Amazônia, chocam-se frontalmente com os interesses de milhares de posseiros e de outros tantos pequenos e médios proprietários da região.

A Portaria número 11 amplia o limite anterior de 3 mil para 66 mil hectares, no caso de projetos agropecuários, e para 72 mil, no caso de projetos florestais. A Portaria número 12 abre a possibilidade para a licitação de áreas de até 500 mil hectares, no caso de projetos de colonização. E a Portaria número 13 libera áreas de até 500 mil hectares para projetos de cooperativas de reforma agrária. Dessa maneira, são atendidas as exigências dos novos latifundiários-capitalistas. O próprio ministro Paulineli havia declarado "questão secundária" o preço a ser fixado. O principal - esclareceu - é que a alienação das terras devolutas na Amazônia Legal seguirá um esquema vacinado contra qualquer forma de especulação imobiliária. O interessado terá que apresentar um projeto detalhado sobre a destinação da área em aquisição".

Capacidade técnica para elaborar projetos detalhados não falta aos monopólios capitalistas. Alguns já anunciaram a intenção de preparar "projetos integrados", isto é, que englobem os aspectos agropecuário, florestal, de colonização e de cooperativas de reforma agrária. Assim, novos latifúndios de mais de um milhão de hectares aparecerão como resultado de simples portaria do ministro da Agricultura de Geisel. O destino do uso e da posse da maior parte do território nacional é decidido nas antecâmaras de um ministério, à revelia do povo e em detrimento da imensa maioria das massas trabalhadoras do país. Ao invés de acabar com o latifúndio - objetivo expresso do Estatuto da Terra - a política agrária efetiva da ditadura somente faz com que a propriedade fundiária mude de dono ou de tipo de exploração. Pior, incrementa a concentração da propriedade territorial em mãos de um número cada vez menor de latifundiários-capitalistas. Basta observar que, em 1960, existiam na Amazônia 66 mil estabelecimentos dedicados às atividades agrícolas com área de 2,2 milhões de hectares, enquanto 4.700 entregavam-se à pecuária e possuíam superfície de 1,2 milhões de hectares. Em 1970, a quantidade de estabelecimentos consagrados à agricultura havia caído para 22 mil, com área de 700 mil hectares, enquanto o de empresas pecuárias subira para 14 mil, com uma área de seis milhões de hectares. Falando em outros termos: desapareceram 44 mil pequenas e médias propriedades, com área média de 30 hectares, ao passo que surgiram 9.300 novos estabelecimentos agropecuários, cuja área média elevou-se de 270 para 420 hectares. Mesmo que tais dados não incluam os grandes projetos - na maioria voltados para a criação de gado e já contando com um rebanho de 1,5 milhão de cabeças - eles mostram a tendência à concentração fundiária e à exploração crescente e multiforme dos camponeses.

De todo modo, para estes sobram poucas opções. Ou se transformam em rendeiros, submetidos ao antigo método local do aviamento, ou trabalham temporariamente como assalariados nos desmatamentos (de 40 mil assalariados agrícolas existentes no Pará, só 17 mil são permanentes). Ou vão para a periferia das cidades em busca de emprego, que geralmente não encontram, ou se embrenham mais profundamente nas selvas a fim de abrir novas posses, sabendo porém de antemão que estas podem estar situadas nos marcos de algum latifúndio gigante comprado na base do mapa e do helicóptero. É desta forma que a Amazônia, cujas terras devolutas deveriam destinar-se a receber milhões de famílias sem-terra, vem sendo retalhada e açambarcada pelos poderosos grupos do capital nacional e estrangeiro.

Não obstante, os monopolistas continuam descontentes. Querem maiores privilégios. Aguardam ainda novo Regulamento de Incentivos Fiscais da SUDAM, que os beneficiará escandalosamente. Cumpre relembrar, também, que nos últimos anos eles receberam, a juros de 7 a 12% ao ano, 4 e meio bilhões de cruzeiros em financiamentos. Isto comprova o papel ativo dos organismos financeiros em favor desses grupos e nas modificações ou distorções que a agricultura brasileira vem sofrendo em detrimento dos interesses da massa camponesa. Haja vista que os pequenos e médios agricultores, indiscutivelmente necessitados, não sabem como conseguir o menor financiamento, em face das inúmeras exigências burocráticas. Por exemplo, a nova Lei de Terras do Estado do Pará chega a exigir uma série de documentos para "efeito de aquisição de terras", que provem a "idoneidade econômica" do adquirente. Os burocratas da ditadura tudo fazem para garantir os privilégios dos grandes proprietários e fazendeiros. E certamente encontra-

rão meios e formas de devolver aos latifundiários-capitalistas boa parte dos 500 bilhões de cruzeiros que serão arrecadados pela alienação das terras administradas pelo INCRA.

No entanto, para a nação e para a Amazônia as perspectivas decorrentes dessa política são cada vez mais sombrias. E na medida em que se intensificar sua aplicação, mais grave tornar-se-á a situação do campo. Os posseiros serão expulsos ainda com maior violência. Acentuar-se-á o processo de absorção dos pequenos e médios proprietários que durante algum tempo conseguiram permanecer encravados entre as grandes empresas agropecuárias. O abandono das culturas alimentícias, que tem custado tão caro à Amazônia (mais da metade do que obtém com as exportações é gasto na compra de produtos alimentares, sendo seu déficit acumulado de dez anos superior a um bilhão de dólares), sem dúvida vai crescer. E com a prevista derrubada de novos 35 milhões de hectares agravar-se-á a queda da fertilidade do solo e se multiplicarão os inúmeros problemas ecológicos que preocupam pesquisadores, cientistas e todos os patriotas.

Não obstante, essa política de favorecimento dos empresários fundiários, nacionais e estrangeiros, é contrária aos interesses nacionais e populares, encontra resistência dia a dia maior. Mesmo com todos os recursos técnicos e financeiros a seu dispor, o INCRA e os demais órgãos do aparelho estatal empenhados em abrir caminho aos latifundiários-capitalistas não conseguem realizar a discriminação de terras em ritmo superior à sua ocupação pelas novas levas de camponeses migrantes. Os grandes proprietários e empresários sempre terão que se haver com quantidade crescente de posseiros localizados nos "centros" e nas "beiras", bem como com os índios e os pequenos e médios proprietários, todos lutando cada vez mais decididamente em prol de seus direitos, de seus bens, de sua vida. Conflitos diários transformam a fronteira agrícola amazônica em áreas conflagradas. Amiúdam-se os choques armados de envergadura, como o do Araguaia no sul do Pará, ou o de São Pedro da Água Branca, na Amazônia maranhense, revelando a extensão e a profundidade da crise agrária e do movimento camponês em defesa da posse da terra, pelos direitos inscritos na lei, por justiça e liberdade.

É exatamente o agravamento dos problemas do campo brasileiro que se reflete no despertar da consciência e na tomada de posição de novos agrupamentos sociais e políticos do país, os quais começam a perceber que o Brasil não pode vencer seus males crônicos e aflitivos, como o domínio imperialista, sem resolver ao mesmo tempo a questão agrária de conformidade com os reclamos e as aspirações da parcela maior de sua população - o campesinato. Em consequência, setores importantes da intelectualidade e da pequena burguesia urbana, elementos destacados da burguesia nacional e parte significativa da Igreja Católica e de outras instituições religiosas, levantam a necessidade de proteger num mínimo que seja os interesses dos posseiros e lavradores, de realizar uma colonização que se baseie essencialmente na unidade familiar do camponês, "evitando o surgimento de grandes latifúndios incentivados". Nos esforços que empreendem paralelamente ao movimento camponês que se desenvolve, esses agrupamentos se dão conta de que é a ditadura mesma que não cumpre as leis em favor das massas rurais, antes as transgride grosseiramente. E acabarão convencendo-se de que qualquer solução em benefício da gente laboriosa do campo exige a destruição do sistema latifundiário e a execução de uma reforma agrária radical.

Mas uma reforma agrária desse tipo não pode ser levada a cabo dentro do regime de ditadura militar-fascista. É preciso liquidar este regime através da unidade de amplas forças, sobre a base da aliança operário-camponesa, e do emprego das mais variadas formas de luta, especialmente da luta armada popular. O proletariado e seu partido de vanguarda, o Partido Comunista do Brasil, consideram que a injusta estrutura agrária atual só será efetivamente modificada sob a égide de um governo popular e democrático, que assegure as conquistas de todo o povo trabalhador, das correntes progressistas. A vida demonstra ser esta a única solução correta da questão da terra e para a qual tenderão inevitavelmente as forças sociais e políticas sintonizadas com os interesses da imensa maioria da nação brasileira.

# Um Decênio da Revolução Cultural Proletária

A decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China de destituir Teng Hsiao Ping dos cargos de primeiro vice-ministro e vice-presidente do Partido constitui sem dúvida importante vitória das forças revolucionárias e socialistas contra os seguidores do caminho capitalista. Condenando o programa, as ações e as palavras desse chefete revisionista, os camaradas chineses o denunciaram como a encarnação das aspirações burguesas a restaurar seu poder e como expressão da nova tentativa das classes derrotadas em revogar o veredito da Grande Revolução Cultural Proletária. Dessarte, o glorioso Partido Comunista da China e seu clarividente líder, Mao Tsetung, continuam a dirigir firmemente as massas revolucionárias contra o desviacionismo de direita, em favor da consolidação da ditadura do proletariado, do avanço da causa da edificação do socialismo e da transformação da China num exemplo, num baluarte cada vez mais sólido da luta dos povos do mundo inteiro contra o colonialismo, o imperialismo e o hegemonismo das duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética. Tudo isso, serve para frustrar as pretensões reacionárias dos inimigos e alentar as esperanças de todos os sinceros partidários da revolução e do socialismo.

Com tão magnífico triunfo, os comunistas e o povo da China comemoraram o 10º aniversário do início da Grande Revolução Cultural Proletária, acontecimento de alcance histórico-universal. Como se recorda, a 16 de maio de 1966, com a famosa Circular de repúdio e de crítica à linha reacionário-burguesa contida no denominado Informe Esquemático do bando revisionista, desencadeou-se o maior movimento revolucionário de massas jamais ocorrido na vida de qualquer país. O problema central que então se colocava era precisamente o da destituição dos oportunistas de direita, entre os quais se encontravam Liu Shao-shi, Teng Hsiao Ping e outros. A Circular caracterizava-os da seguinte forma: "Os representantes burgueses que se infiltraram no Partido, no Governo, no Exército e no diversos setores culturais são um grupo de revisionistas contra-revolucionários preparados para se assenhorear do Poder e transformar a ditadura do proletariado em ditadura da burguesia, assim que se lhes apresente a oportunidade (...) Por exemplo, gente tipo Kruschov ainda se abriga a nosso lado".

Não por acaso essa "gente" veio à liça e deixou sair de seus esconderijos todos os "monstros e demônios" que se haviam aboletado, durante anos, nos jornais, nas rádios, no cinema, na ópera, na música, nas publicações literarias e artísticas etc. É que no plano internacional, diante da resistência dos povos e do crescimento de suas aspirações à independência e à liberdade, os imperialistas ianques mostravam-se ainda mais raivosos e arrogantes, intensificando sua escalada agressiva para esmagar o heróico povo vietnamita; os revisionistas soviéticos, já sob a batuta de Brezhnev e Kossiguin, não menos insolentes, afivelavam novas máscaras de disfarce a fim de levar avante os sonhos expansionistas dos velhos tzares; no Brasil, na Indonésia e em outros países, sucediam-se golpes militares das forças reacionárias para oprimir e liquidar as forças patrióticas e democráticas desejosas de mudanças. Enquanto isso, na China subia a maré da Revolução Cultural Proletária, iniciava-se nova e aguda luta do proletariado contra os agentes da burguesia na frente ideológica. Nesse momento, os elementos direitistas deram a conhecer sub-repticiamente seu Informe Esquemático. Organizaram uma contra-ofensiva destinada a deter a Revolução Cultural Proletária, sob a capa de uma pseudo-crítica para "a eliminação total das idéias burguesas no terreno acadêmico".

De imediato, porém, o Comitê Central do Partido Comunista da China, dirigido por Mao Tsetung, contra-atacou e decidiu revogar o Informe Esquemático. Apontou a completa falsidade de suas teses, desmascarou seu real objetivo, revelou o caráter e a significação da contenda anti-revisionista e chamou todo o Partido a elevar sua vigilância, criticar os agentes burgueses infiltrados no Partido e derrubá-los. A Circular de 16 de maio, elaborada sob a direção pessoal do camarada Mao Tsetung, formulou a teoria, os princípios e a política da Grande Revolução Cultural Proletária, projetando ainda mais o pensamento revolucionário marxista-leninista e a figura do maior líder do povo chinês.

A Circular demonstrava que os elementos direitistas, ao tentarem fazer a

crítica em palavras dos círculos literários e acadêmicos que se empenhavam em preparar a opinião pública em favor do retorno à dominação burguesa e imperialista na China, procuraram na realidade desviar o gume das ações das massas trabalhadoras e populares contra a atividade antipartido e anti-socialista. Partiam de posições burguesas nessa crítica, visando a encobrir a natureza política do combate em curso. Ao mesmo tempo, ao proporem um fim rápido à discussão e que a mesma se cingisse ao terreno "puramente acadêmico", violaram a tese fundamental do marxismo-leninismo de que toda luta de classes é uma luta política. E, assim, infringiram na prática um dos ensinamentos de Mao Tsetung de que a batalha ideológica contra a burguesia será prolongada, não pode ser encerrada com soluções políticas apressadas. Também interpretaram a "política de abertura ampla", não como um estímulo para que todos se atrevessem a falar, a criticar e a debater, mas tão-somente como permissividade ou liberalização burguesa para atuar ou reprimir o proletariado, ao passo que a este cabia apenas calar e sujeitar-se. Aliás, este é o procedimento comum de todos os revisionistas, embora vivam a exaltar sua "democracia" e seus "métodos tolerantes".

Com a ascensão do movimento de massas da esquerda proletária que ameaçava varrê-los de suas posições, os autores do Informe Esquemático apressaram-se a proclamar que "diante da verdade todos são iguais". Desse modo, contrapunham-se ao marxismo-leninismo e negavam a natureza de classe da verdade. Por isso, a Circular classificou-os como uma corja de contra-revolucionários, anticomunistas e antipovo. E acrescentava: o embate entre os revisionistas e os marxistas-leninistas é de vida ou morte, a luta entre os explorados e os exploradores, os oprimidos e os opressores não comporta qualquer tipo de igualdade nem de suposta coexistência pacífica. As concepções do Informe Esquemático não distinguiam as posições e as verdades de classe no tratamento dos problemas culturais e acadêmicos, onde as idéias marxistas-leninistas e o pensamento de Mao Tsetung de há muito tinham sobrepujado as idéias burguesas e prevaleciam sobre as mesmas. A Circular esclarecia ainda o sentido real e a relação entre a tese da destruição e a da construção, já que os revisionistas salientaram que "sem construção não pode haver destruição verdadeira e cabal". O camarada Mao Tsetung indicava, frequentemente, o contrário, a saber: que não há construção sem destruição. Esta "significa crítica e repúdio, significa revolução (...) Primeiramente vem a destruição e seu próprio curso já implica a construção". A tese revisionista visava e visa de fato a impedir que o proletariado liquide a ideologia burguesa e promova a revolução até o fim.

Apoiados nessas teses, os elementos direitistas pretendiam proteger os "tiranetes acadêmicos" e seus porta-vozes, e atacar a esquerda proletária. Com manobras escusas, procuraram turvar as águas, confundir as posições das classes que se digladiavam. Queriam, assim, fortalecer as trincheiras e impulsionar o trabalho de seus apaniguados e asseclas. Recorreram a todos os meios para frear a luta que se inciara, pretendendo que a mesma fosse conduzida com "cautela", "prudência", pelos canais competentes, de forma burocrática, mas sempre com o propósito de conter e desviar a ação revolucionária das massas. Trataram de escamotear os fatos, de embaralhar as idéias, de tergiversar com sutileza o próprio pensamento de Mao Tsetung para torpedear a orientação traçada. Enfim, utilizaram toda sorte de artifícios e de meios fraudulentos com o intuito de abrir caminho ao revisionismo contemporâneo, à restauração burguesa e barrar o desenvolvimento consequente da revolução proletária, socialista.

No entanto, a Circular de 16 de maio afirmava que a luta em que se envolviam milhões e milhões de homens e mulheres trabalhadoras do povo chinês dizia respeito à aplicação da linha do camarada Mao Tsetung sobre a Revolução Cultural Proletária. Devia a mesma ser levada até a vitória e não escamoteada ou combatida. Nessas circunstâncias, assinalava com razão a Circular: " A luta contra esta linha revisionista não é, de forma alguma, coisa de pouca monta, mas sim assunto de primordial importância relacionado com o destino, o porvir e a fisionomia futura do nosso Partido e do nosso país, e concernente também à revolução mundial".

Exatamente porque a entenderam em toda a sua significação internacional desde o primeiro momento é que os comunistas brasileiros a saudaram e a apoiaram sem vacilações. E até hoje, quando decorre seu 10º aniversário, continuam a considerá-la como um dos magnos eventos da história da Humanidade, cuja repercussão na vida dos povos ainda levará tempo para ser devidamente apreciada. Em consequência, impuseram-se o de-

ver de conhecer seu conteúdo e assimilar todas as suas lições, tendo em vista elevar o nível da luta emancipadora e democrática do povo brasileiro.

Neste decênio, e face aos acontecimentos que culminaram com a destituição de Teng Hsiao Ping, ficou mais evidente que a Grande Revolução Cultural Proletária surgiu e se desenvolveu como uma necessidade objetiva da luta que a classe operária, após a tomada do Poder político, deve levar adiante para liquidar com as concepções feudais e burguesas da consciência das pessoas, formar um novo homem, na base das novas relações de produção socialistas. A tese cardeal do marxismo-leninismo de que são as massas a principal força produtiva, a verdadeira criadora da história, a real protagonista da revolução foi plenamente confirmada. Através dos embates da Revolução Cultural Proletária, as massas não só aprenderam o caminho de sua emancipação, baseadas em seus próprios esforços, como provaram que são capazes disso. A princípio, rebelando-se e mobilizando-se; em seguida, unindo-se e tomando o poder dos seguidores do caminho capitalista; e finalmente, por meio da prática da luta, da crítica e da transformação, centenas de milhões de homens simples do povo chinês revelaram seu poderio e abalaram o mundo. Inauguraram, dessa forma, uma nova fase da luta pela liberdade. Puseram mais uma vez a nu a falsidade da propaganda dos acólitos da burguesia de que a liberdade é incompatível com o socialismo. Mostraram, ao contrário, que a democracia para as massas só se torna possível e é assegurada desde que a ditadura do proletariado se estabeleça e se consolide. Só com a vigência deste regime, a classe operária assume realmente o Poder e obtém as condições para dirigir e controlar tudo, para emancipar-se e emancipar todos os trabalhadores.

Na passagem do 10º aniversário do início da Grande Revolução Cultural Proletária, os comunistas brasileiros regozijam-se pelas vitórias por ela alcançadas, pelo aprofundamento da luta contra os seguidores do caminho capitalista, pela continuidade do movimento revolucionário das massas. Os golpes desferidos nos revisionistas chineses e em seus comparsas de outros países significam importante contribuição para a bancarrota e a derrubada do sistema imperialista e capitalista mundial. Esmagando seus inimigos internos e externos e fortalecendo a causa da ditadura do proletariado e do socialismo, o povo chinês, guiado pelo Partido Comunista e por seu grande líder Mao Tsetung, elevará sua unidade combativa e conquistará vitórias ainda maiores a bem da revolução e do socialismo em todo o mundo.

> "As tarefas históricas que se colocam diante do povo brasileiro não podem ser cumpridas cabalmente sem a existência de uma vanguarda marxista-leninista da classe operária. Nunca, como em nossos dias, foi maior a sua importância. Para dirigir a revolução, é necessária uma força combativa, com clareza de objetivos, unidade de pensamento e de ação, capaz de todos os sacrifícios, profundamente vinculada às massas e decidida a enfrentar o imperialismo norte-americano e a reação interna. Esta força só pode ser o partido do proletariado. Forjar uma organização partidária que se oriente pela doutrina marxista-leninista é, pois, uma questão decisiva."
>
> Do Documento da VI Conferência Nacional do PC do Brasil

# Cresce a Resistência Estudantil

O movimento estudantil sempre desempenhou papel importante na luta do povo brasileiro pela democracia e independência nacional. Por isso transformou-se num dos alvos da repressão fascista. Os generais fecharam a UNE, as Uniões Estaduais e grande número de entidades estudantis. Coibiram as manifestações, prenderam, torturaram e mataram estudantes. Procuraram implantar uma nova estrutura estudantil e aplicar certas reformas objetivando fortalecer o regime militar. O Decreto 477 e os demais atos de exceção serviram como arma para amordaçar os sentimentos progressistas e de amor à liberdade dos jovens e intimidá-los em seus anseios por uma cultura verdadeiramente popular. Todavia, a ditadura não conseguiu seus objetivos. Os estudantes continuaram ocupando lugar destacado na luta da oposição democrática e antifascista.

## RETOMADA DAS LUTAS ESTUDANTIS

Após 1968, como decorrência da nova escalada repressiva e do AI-5, o movimento estudantil foi seriamente golpeado. Aos poucos, no entanto, da mesma forma que o movimento democrático em seu conjunto, os universitários retomaram a iniciativa de suas ações. A princípio, estas giraram em torno de problemas específicos e ao nível das Faculdades. Nesse processo, sobressaiu a luta contra o ensino pago e a repressão, em defesa dos presos políticos. E, assim, os embates foram ganhando contornos mais definidos.

Ao chegar o ano de 1975, o movimento começou a tomar corpo. Logo no início, os estudantes da PUC-RJ realizaram uma manifestação de repúdio ao Decreto 477 e entregaram uma carta-aberta ao Ministro da Educação pedindo a revogação daquela medida de exceção, ditatorial. Poucos dias depois, os alunos da PUC-SP lançaram campanha contrária à vinda do ex-ministro da ditadura, coronel Jarbas Passarinho, para fazer uma conferência na Universidade Católica. Seus colegas da USP apoiaram a campanha e Jarbas Passarinho teve de desistir de seus propósitos de promover a apologia do regime e do 477. O êxito estimulou a luta dos estudantes no combate ao mostrengo. E quando a Reitoria da USP tentou aplicá-lo a três alunos, a ameaça foi respondida com forte mobilização de protesto. Este alcançou tal amplitude que a Reitoria voltou atrás, alegando "engano na utilização de instrumentos disciplinares". Não obstante, procurou enquadrar os jovens universitários em medidas punitivas do Regimento Interno da Universidade. A mobilização não esmoreceu; intensificou-se, tendo sido efetuadas inúmeras assembléias e concentrações no âmbito das Faculdades. Ainda na USP, dando prosseguimento à campanha contra o 477, realizou-se um plebiscito com a participação de perto de onze mil universitários, dos quais nove mil, novecentos e dez se pronunciaram contrários ao famigerado decreto. Também em Londrina, Estado do Paraná, diante da tentativa da Universidade local de aprovar um Código Disciplinar calcado no 477, os estudantes imediatamente manifestaram seu repúdio maciço, o que obrigou a Reitoria, pelo menos temporariamente, a retirar da pauta o projetado Código de Castigos.

Nesse ambiente de manifestações e de resistências, deflagrou a greve dos estudantes de São Paulo em protesto pelo assassinato do professor e jornalista Vladimir Herzog. Deixaram de assistir às aulas trinta e cinco mil universitários, numa prova de condenação à brutalidade do Exército e em favor dos direitos humanos. No mesmo espírito de oposição às arbitrariedades da polícia e das Forças Armadas, os estudantes de Minas Gerais mostraram indignação em face da invasão do DCE e da Escola de Engenharia da capital do Estado pelos militares. Já em Brasília, as expressões de descontentamento se dirigiram contra as medidas tomadas pela Reitoria da Universidade no sentido de impedir a reabertura dos Diretórios estudantis. Mais de dois mil estudantes concentraram-se defronte do Ministério da Educação para protestar veementemente.

Boa parte das lutas teve, porém, caráter reivindicatório. Pela amplitude da mobilização e tempo de duração, destacaram-se duas greves. A da Escola de Comunicações da USP e a da Universidade Federal da Bahia (UFBa). A primeira desencadeou-se por causa da excessiva centralização de poderes da direção da Faculdade, das atitudes arbitrárias do Diretor, da falta de professores, de aparelhagem e de verbas. A reivindicação central e imediata era a renúncia do Diretor. Da greve participaram mais de dez Escolas

da USP em sinal de solidariedade aos colegas da ECA. Realizaram-se várias assembléias gerais, algumas com a assistência de mais de dois mil jovens. E a greve só não prosseguiu porque sua direção não teve flexibilidade tática em aceitar uma conquista já obtida - a escolha da Congregação - e em utilizar novas formas de luta. Já a greve da UFBa. contra o jubilamento e o baixo nível do ensino contou com a quase totalidade de seus treze mil alunos. Embora a Reitoria da Universidade e as autoridades federais não houvessem revogado totalmente o jubilamento, tiveram de rever a maioria das normas do mesmo, o que representou uma importante vitória dos grevistas.

O ano de 1975 esteve repleto de manifestações dos universitários sobretudo diante do rebaixamento do nível de ensino. Contra este descalabro, efetuaram-se greves na Escola de Medicina, Enfermagem e Ciências Biomédicas de São José dos Campos, na Faculdade de Medicina de Sorocaba, na Faculdade de Ciências Médicas de Santos, bem como movimentos de protestos nas Faculdades de Medicina de Taubaté e Bragança, todas no Estado de São Paulo. Outro motivo detonador de manifestações foi a cobrança abusiva das taxas de anuidade escolar. Por exemplo, em Brasília, dez mil estudantes demonstraram inconformismo com as taxas exorbitantes e a má qualidade do ensino. Na capital paulista, os alunos do Curso Objetivo resolveram, em assembléia geral, boicotar as mensalidades, o mesmo ocorrendo na Escola Paulista de Enfermagem, na Faculdade de Engenharia Industrial de Santo André e na Fundação Alvares Penteado (São Paulo). Por outro lado, a questão dos preços caros dos restaurantes universitários e a deficiência ou falta de assistência aos estudantes provocaram lutas na capital paulista, em São Carlos e na PUC-RJ.

Reflexo da tomada da iniciativa pelos estudantes e de seu estado de ânimo, é a proliferação da imprensa universitária. Em quase todos os Estados, surgiram jornais de Diretórios, de DCEs, de grupos de Centros Acadêmicos e de outras entidades. Em geral, eles revelam os sentimentos democráticos, a capacidade e a combatividade dos jovens. Apesar das limitações impostas pela situação e pelas direções das Faculdades e Universidades, esses jornais estão contribuindo para a elevação da consciência política dos estudantes, pois denunciam com vigor a repressão e o estado calamitoso do ensino universitário assim como levantam corajosamente as bandeiras de unidade e de luta pela democracia e pela independência do país do jugo norte-americano.

## A DITADURA PROCURA BARRAR O AVANÇO DO ME.

O crescimento da resistência democrática do povo brasileiro obrigou os generais a acabar com a farsa da distensão. A partir de meados de 1975, o regime militar passou a fazer repetidas e enfáticas declarações sobre "a continuidade da revolução" e a afirmar que de modo algum abriria mão dos atos de exceção. Com a assinatura do chamado Protocolo dos Generais, do qual o ditador Geisel deu o tom e o sentido em seu discurso de 1º de agosto, tornou-se evidente que fracassara a manobra distensionista. A vigência do 477 foi apresentada cinicamente como uma necessidade e até "um bem" para os estudantes. Voltaram a intensificar-se as perseguições, prisões, tortura e assassinato de patriotas. A censura à imprensa ficou mais férrea. Parlamentares tiveram seus mandatos cassados. Ordenaram-se medidas para conter e reprimir o desenvolvimento das ações e das campanhas estudantis. Com esse objetivo, o ministro da Educação, general Nei Braga, convocou os Reitores das Universidades para uma reunião no período das férias escolares. E diante do anseio expresso pelas entidades estudantis da Bahia e do Pará de que os universitários promovessem um Encontro Nacional a fim de debater seus problemas e sua unidade, a ditadura militar pronunciou-se abertamente contra.

A despeito de tais ameaças, a luta dos estudantes não teve solução de continuidade. Ao revés, foi mostrando maior impetuosidade. E a partir principalmente de 1976, a retomada da iniciativa colocou como necessidade objetiva a reorganização das entidades estudantis em novas bases. Em diversos Estados, os universitários procuraram reconstituir seus Diretórios e DCEs., para isso realizando debates, reuniões e assembléias. Em abril teve lugar em São Paulo o Encontro Nacional dos Estudantes, com representantes de cincoenta entidades, oriundas de oito Estados. No mesmo mês, realizou-se a III Semana de Estudos Sobre Saúde Comunitária, com representação de dez Estados, na qual se denunciou o agravamento das condições de saúde do povo brasileiro, o predomínio do capital estrangeiro na indústria farmacêutica do país e se tomou posição contra o AI-5, o Dec. 477 e a repressão. De acordo com uma decisão do Encontro, os DCEs e os Diretórios Acadêmicos organizaram Semanas de Luta Pelas Liberdades Democráticas. A mais expressiva

foi a promovida pelo DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com o apoio de vinte e seis Diretórios, os universitários gaúchos efetuaram manifestações em favor dos direitos individuais, pela liberdade de imprensa, pela livre organização política do povo e dos estudantes, afirmando sua "insatisfação com a situação em que vive o país". Apesar do boicote das diretorias das Faculdades e da ameaça do Reitor de aplicar o 477 contra os dirigentes do DCE, a Semana Regional Pelas Liberdades Democráticas se constituiu num êxito. Em ligação com a defesa do direito de livre organização dos estudantes e a necessidade de combater as perseguições e arbitrariedades da ditadura, destacam-se greves importantes, como a da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, que protestou contra a prisão de dois colegas em Minas Gerais, quando se dirigiam a um Encontro programado para o Rio de Janeiro. Mesmo com o fechamento do Diretório e a suspensão de seus principais dirigentes, os estudantes baianos não se intimidaram.

Uma rápida análise da situação atual do movimento estudantil indica que, se de um lado os estudantes procuram retomar a iniciativa das ações democráticas, da reorganização de suas entidades representativas e de sua unidade, de outro lado, o governo adota providências no sentido de impedir essa retomada ou tenta controlar o movimento que está em curso, utilizando seus agentes no meio estudantil. Nestas condições, torna-se indispensável combinar a audácia com a capacidade política de definir, corretamente, os objetivos, as formas de luta e de organização suscetíveis de mobilizar amplas massas estudantis e, ao mesmo tempo, elevar seu nível de luta e de unidade contra a ditadura militar, em defesa da cultura e das liberdades democráticas.

Os fatos evidenciam que problemas tais como o aviltamento do nível de ensino, a insuficiência de laboratórios e hospitais-escolas, a assistência universitária deficiente, as taxas de anuidade abusivas, as tentativas de generalização do ensino pago, o jubilamento, assim como a extinção do Dec. 477 e a livre escolha e atividade dos Diretórios, são os que mais afetam, no momento, os estudantes e motivam suas ações. Mas à medida que eles querem debater as péssimas condições da educação e seu encarecimento absurdo, que reclamam ou pleiteiam melhorias, são violentamente reprimidos como se fossem marginais ou delinquentes, tratados pelo regime militar como subversivos, inimigos da Pátria. Verificam que toda uma legislação repressiva se abate para esmagar suas aspirações de progresso e liberdade, além do arbítrio e dos métodos fascistas de Diretores, Reitores e serviços de segurança interna de cada Faculdade e Universidade. E se tivermos em conta a tradição de firmeza, de coragem e de patriotismo dos estudantes e o espírito de combatividade e renovação próprio da juventude, concluiremos que se justificam plenamente o grau de crescente insatisfação dos estudantes e o aumento de sua resistência contra o regime dos generais.

Porisso, a ditadura não consegue nem conseguirá distorcer ou liquidar as lutas em desenvolvimento. O avanço do movimento estudantil decorre do agravamento das condições do ensino e da Universidade e do estado geral de asfixia que sufoca a vida do povo brasileiro, do qual os estudantes são parte integrante e inseparável. Mas para que esse movimento se reorganize e unifique, de acordo com os interesses nacionais e democráticos, e continue jogando o papel a que está destinado, deve compreender que a luta pela derrubada do regime militar será prolongada e exigirá diversificadas ações de forças poderosas, apoiadas sobretudo na aliança dos operários e camponeses.

Saudamos a retomada da iniciativa do movimento estudantil e tudo faremos para que ele se amplie e consolide ainda mais na luta por suas reivindicações específicas, em defesa da cultura e por um regime efetivamente democrático.

---

## D I A R I A M E N T E   E M   P O R T U G U Ê S

| | | |
|---|---|---|
| RÁDIO TIRANA | - Das 20 às 21 horas<br>Das 22 às 23 horas | Ondas de 31 e 42 metros |
| RÁDIO PEQUIM | - Das 19 às 20 horas<br>Das 21 às 22 horas | Ondas de 19, 25 e 42 metros |